

Política de preservação digital: caso Pinacoteca de São Paulo

Charley Luz¹

Isabel Ayres Maringelli²

1 Introdução: a preservação digital para a Pinacoteca

A implementação de políticas de preservação digital é muito mais uma preocupação de instituições públicas ou de grande importância para a sociedade, do que uma realidade para instituições de outros níveis e personalidades jurídicas. A preservação digital para essas instituições, passa a ser uma necessidade a ser implantada de forma imediata, pois a prática de estruturar arquivos vinculado às funções museológicas é mais contemporânea e precisa ter uma definição desde então.

A solução é a implantação de uma política de preservação digital por meio da criação de estratégias de preservação e compromissos organizacionais. Para o InterPARES (2012), uma política é um conjunto de regras e princípios que apoiam as tomadas de decisão e as ações em prol de um determinado aspecto objetivo de preservação. Esta política deve ser apoiada pelo nível estratégico da instituição, tecnologicamente neutra e deve dar suporte a estruturas de governança e à cultura organizacional. Serve como modelo que define os requisitos e procedimentos para prática de preservação digital, porém buscando não seria isso uma forma prescritiva.

Tendo-se em conta que é necessário o estabelecimento de políticas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem os efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos e que assegurem, ao longo do

1

Consultor, Arquivista e Professor FESPSP;

2

Bibliotecária, Coordenadora do Cedoc Pinacoteca.

tempo, a autenticidade, a integridade, o acesso contínuo e o uso pleno da informação a todos os segmentos da sociedade brasileira (CONARQ, 2005).

2 Sobre o Cedoc Pinacoteca de São Paulo

O Centro de Documentação e Memória (Cedoc) da Pinacoteca de São Paulo é responsável pela guarda permanente dos documentos arquivísticos produzidos e recebidos pela instituição, e por documentos de outros fundos arquivísticos relacionados ao domínio das artes e doados ou adquiridos pela instituição.

O acervo do Cedoc é formado por itens que documentam as origens, o desenvolvimento e as atividades do museu e estão organizados em três segmentos que abarca o Arquivo Institucional, fundo da própria Pinacoteca, os Arquivos Privados, composto por Fundos Pessoais e de Entidades e as Coleções Privadas com conjuntos de documentos provenientes de personalidades do mundo das artes.

O Fundo Pinacoteca inclui toda a documentação administrativa de guarda permanente produzidos pelos Núcleos pertencentes à atividade-meio e às atividades-fim. Tem sob sua custódia, também, a documentação produzida pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), organização social gestora do museu, incluindo os documentos da Diretoria e dos Conselho de Administração e Conselho de Orientação Artística, além dos registros audiovisuais de eventos realizados no museu e os registros de entrevistas e testemunhos de personalidades do mundo das artes.

Os Fundos Privados são formados por conjuntos documentos provenientes de personalidades do mundo das artes (artistas, curadores e demais) e por Fundos de outras instituições. Este acervo se constitui em fonte fundamental de pesquisa para a história do museu e das suas coleções, para o estudo da evolução histórica das exposições e também para a construção do panorama das artes visuais no Brasil.

Além dos documentos nato-digitais, são armazenados os documentos digitalizados, como por exemplo, as plantas históricas da Pinacoteca, que estão em processo de digitalização no ano de 2016. O acervo digitalizado, se por um lado traz facilidade para o acesso e contribui para a preservação do documento original, por outro lado traz novos desafios, dentre os quais estão as ações necessárias para preservação digital.

3 O caso Pinacoteca: um diagnóstico

Para a Pinacoteca, foi definido que o ponto de partida para a definição de uma política era, antes de tudo, ter uma estratégia clara. Segundo a *British Library* (2014) uma estratégia de preservação digital descreve uma visão, que tem princípios. Estes princípios definem o escopo das políticas e, a partir disso, criam ferramentas para implementação dessas políticas.

Para poder enxergar a estratégia de forma ampla foi realizado um diagnóstico com base em elementos levantados por Miguel Ângelo Arellano e consolidados por Gama Oliveira (2001) em sua tese de doutorado. Porém, como os elementos aplicados na abordagem sugerida são utilizados para coleções de bibliotecas, precisamos adaptar para ser um diagnóstico com abordagem arquivística.

Assim, ocorreu a adaptação das exigências legais da preservação, pois, por exemplo, uma coleção tem que atender à lei do depósito legal, enquanto que um repositório arquivístico precisa atender à Lei de Acesso à Informação (se for da área pública). Estes elementos adaptados de Gama (2001) foram agrupados em 11 grupos de abordagem do diagnóstico. Estes grupos eram os seguintes:

1 - critério para seleção do patrimônio digital; 2 - depósito de documentos amparado pela lei de acesso à informação; 3 - uso de padrões e protocolos abertos; 4 - padronização de estratégias de preservação; 5 - padronização de meta dados de preservação de acordo com padrões pré-

estabelecidos; 6 - adoção de padrões na criação, armazenamento e transmissão de documentos digitais; 7 - aplicação de técnicas de preservação digital respeitando as especificidades de cada problema; 8 - uso de instrumentos oriundos de TI e que garantem integridade, confiabilidade e autenticidade dos documentos digitais; 9 - legislação que garantem a proteção do patrimônio digital e o seu reconhecimento pleno com o valor de prova; 10 - gerenciamento de um planejamento a longo prazo; 11 - alinhamento a agenda nacional de pesquisa em relação aos problemas de preservação e acesso e longevidade digital; monitoramento do surgimento de novos padrões; pesquisa e desenvolvimento de soluções abertas em cooperação com TI (Tecnologia da Informação).

Este diagnóstico possibilitou um retrato da situação de preservação digital atual na instituição. Foi possível mapear boas práticas já realizadas pelos setores em seus arquivos correntes, o que facilita para o processo de recolhimento dos documentos digitais arquivísticos. Através do diagnóstico foi possível verificar o processo de seleção para a guarda permanente dos documentos gerados pela instituição, a situação dos suportes e a situação das coleções existentes nas áreas fim da instituição.

Com a revisão dos instrumentos já existentes utilizados na gestão documental foi possível verificar a necessidade de atualização de determinados regulamentos, além de potencializar a revisão de projetos que já estejam correndo, como por exemplo, a atualização do quadro de arranjo do arquivo permanente que está ocorrendo em 2016.

Em relação a própria estrutura da instituição como um arquivo permanente, foi possível verificar as normas que devem ser seguidas e aplicadas pela instituição em relação ao acesso à informação, a gestão documental, e a preservação de patrimônio cultural. Por meio do diagnóstico, ainda foi possível verificar a situação dos padrões de arquivos utilizados, os bancos de dados dispersos localizados nas áreas de negócio e a forma como são utilizados pelos usuários que geram os documentos.

A relação com as tecnologias da informação disponíveis também foi verificada por meio do diagnóstico, evidenciando-se a estrutura existente em relação a utilização de recursos de TI e que apoiam a autenticidade documental.

Como resultado do diagnóstico, foram elaboradas estratégias estruturais e operacionais (Arellano, 2004). Nas estratégias operacionais foram definidos os padrões a serem adotados de forma macro na estratégia e na política de preservação digital, além da definição de metadados de preservação digital e montagem de infraestrutura. Faz parte da estratégia principal para a instituição, estabelecido a partir de então, o uso de um repositório digital confiável arquivístico (RDC-Arq).

4 Opções estratégicas

Conforme Madero Arellano (2008), "uma política aceitável de preservação digital implica em observar e aplicar procedimentos que podem ser aceitos, inclusive, como estratégias de preservação". Para o autor, essas estratégias são relativas a tecnologia de informação, no que for tocante a hardware e software de migração de dados, emulação tecnológica e espelhamento de dados.

Além disso, a abordagem de que os métodos recomendados para preservação dos objetos digitais poderiam ser organizados em dois tipos: os estruturais e os operacionais. Por último, os objetivos da política de preservação digital foram estabelecidos como da preservação da informação histórica da Pinacoteca para benefício das futuras gerações até o monitoramento e avaliação de riscos inerentes a geração em custódia de documento serviços digitais.

5 A política de preservação digital

Para estabelecer a política de preservação digital, além de deixar clara a estratégia por meio dos objetivos, foram declarados os documentos candidatos à preservação digital. Esta foi uma espécie de filtro que define os

requisitos para os documentos digitais serem considerados de interesse arquivístico. Estes requisitos são os que dão característica aos documentos arquivísticos atuais: originalidade; autenticidade; integridade; usabilidade (e representatividade, interpretabilidade); condições de arranjo (deve ser avaliado como documento permanente).

O diagnóstico também estabeleceu a avaliação dos riscos ao patrimônio digital. E tem destacado como importante no modelo estabelecido pela *Northeast Document Conservation Center* (NEDCC). Esta avaliação pode indicar elementos que devem ser trabalhados pelo período de 10 anos de implementação da política de preservação digital da Pinacoteca. Assim estabelecemos um quadro com os itens diagnosticados. E sua situação em 2016, são 16 itens que devem ser trabalhados como forma de implementação da estratégia e da política de preservação digital.

Os projetos e metodologias a empreender originados da política são como o da revisão do quadro de arranjo, do processo de recolhimento metodológico com períodos de prazos definidos para gestão corrente de documentos, criação de métodos para inserção de metodologia preconizada pelo OAIS, no processo de recolhimento e tratamento de acervo permanente. Além disso, a Pinacoteca declara ter interesse de ser participante de rede que estimule intercâmbio e difusão de documentos digitais de museus e Centro de Documentação destas instituições.

A implantação de um repositório digital confiável arquivístico é declarado como necessário para gerenciar o modelo proposto de pacotes informacionais e que esteja aderente a evolução de formatos, para garantir o acesso a longo prazo. A implantação de metadados sugeridos e definidos também faz parte da declaração de interesses da política de preservação digital.

Além de declarar os projetos a serem empreendidos são declarados compromissos organizacionais em relação ao processo de preservação digital. A política declara como estratégia principal de preservação o princípio de

migração. Este princípio deve estar ancorado em normas e modelos como o OAIS, além disso, a aplicação deve ter independência de arquivamento, ou seja, o repositório deverá ser utilizado somente para guarda de documentos arquivísticos, de forma a manter a sua integridade ou por meio de tecnologia que propicie o isolamento deste repositório, como os *pipelines* do Archivemática.

A eliminação de mídias também é declarada na política, possibilitando que após a admissão do documento no ambiente do repositório as mídias que ele faz parte podem ser eliminadas com o aval da CADA (Comissão de Avaliação Documental e Acesso). Esses compromissos práticos ainda foram desdobrados nos seguintes pontos de compromisso: arranjo do acervo, formato de documento, digitalização, padronização de metadados, repositório digital governança da política de preservação e rede com centros de documentação similares.

A política ainda traz os Objetivos 2026. O quadro com os itens diagnosticados e a situação em 2016 projeta a meta final para o ano de 2026. Assim, a instituição sugere que nesses próximos 10 anos sejam priorizados esses objetivos delimitando assim ações a longo prazo para preservação de seu patrimônio documental. Trata, ainda, de temas como a interoperabilidade, o sistema de difusão, o armazenamento, uso de identificador universal para documentos, backups, metadados, presunção de autenticidade, segurança da informação e repositório digital.

A política, por final, ainda estabelece processos para preservação e controle de qualidade. São determinados os padrões de digitalização que o CEDOC deverá aplicar aos documentos com vistas à preservação a longo prazo e acesso a este patrimônio documental. As regras aplicadas tratam de como deve ocorrer a digitalização, determinando a resolução, os formatos e a forma básica de indexação. Além disso, com base no modelo OAIS, são estabelecidos os formatos para preservação e para difusão, estabelecendo um quadro de migração para vários gêneros documentais desde áudio, passando pelo e-mail

até vídeos e arquivos de texto.

6 Gestão de metadados

A gestão de metadados é um capítulo especial da Política de Preservação da Pinacoteca – Objetivos 2026. Os metadados devem estar codificados em estruturas padronizadas de descrição, o que gera ao CEDOC a determinação de estabelecer processos descritivos de seu acervo. O CEDOC estabelece a norma internacional ISAD-G (Internacional Standard of Archival Description-General) como o seu padrão descritivo. A aplicação desses elementos na etapa de descrição deverá acompanhar os metadados a serem aplicados nos documentos digitais. Para os casos de documentos gerados na rede interna da Pinacoteca, são estabelecidos os elementos básicos para manutenção do contexto de geração informacional.

7 Gestão de correio eletrônico

As mensagens de correio eletrônico corporativo também são considerados os documentos nato digitais, e são objeto de atenção da política de preservação digital. A política estabelece que o correio eletrônico deve ser declarado documento por seus autores, e portanto deve compor dossiês e séries documentais que serão recolhidas futuramente pelo CEDOC.

8 Governança, os papéis e responsabilidades

A política de preservação da Pinacoteca estabeleceu, além de elementos estruturais e operacionais para a implementação da política, o processo de governança e acompanhamento da implantação dos Objetivos 2026. A governança é adaptado de Heritage (site), que estabelece formas para a Responsabilidade Administrativa e a Viabilidade organizacional na execução de uma Política de Preservação Digital.

Para a política de preservação da Pinacoteca foi criado um comitê

institucional, que é composto por uma área estratégica e uma área tática. Este comitê será composto pelos principais núcleos da instituição, além de membro da diretoria da pesquisa e curadoria. A governança foi estruturada pela própria política, sendo essa responsável por aprovar planos específicos de implementação de soluções que almejem os Objetivos 2026 da Pinacoteca, acompanhamento da produção e qualidade da governança tática e encaminhamentos operacionais do CEDOC, definição das estratégias de comunicação interna e dos conteúdos a serem transmitidos às equipes. Este comitê também fará análise dos relatórios de planos específicos e daí evolução dos objetivos para 2026. A princípio o comitê deverá se reunir semestralmente.

9 Considerações finais

A política de preservação da Pinacoteca serve para garantir a integridade e autenticidade dos documentos sob sua custódia. Para tanto, são seguidos princípios arquivísticos apoiados em tecnologias da informação que impulsionem a manutenção e a presunção de autenticidade. A política possibilitou, portanto, após avaliar os riscos ao patrimônio digital da instituição, a oportunidade de fazer uma declaração de interesses e estabelecer compromissos organizacionais e objetivos que devem ser cumpridos até 2026. Estabelece, para tanto, formas de controle da qualidade, gestão de metadados e do correio eletrônico, governança e formação continuada.

Ela possui elementos como declaração de princípios, ligações contextuais, objetivos declarados e claros de preservação, responsabilidade nos procedimentos, orientação e implementação. Ao definir as estratégias de preservação, identificou as partes envolvidas na política nos procedimentos para sua implementação, assim sendo possível estabelecer procedimentos para implementação de ações de preservação do patrimônio documental digital da Pinacoteca de São Paulo.

A carta da Unesco (2003) é uma das referências que fundamentaram

a elaboração desta política. Ela acrescenta as características que apoiam a preservação digital, como os termos de responsabilidade, a viabilidade, a sustentabilidade, adequação técnica, segurança e responsabilização de procedimentos, todos atendidos pela Política de Preservação Digital da Pinacoteca. A preservação digital passou a ser uma preocupação maior no Brasil após a Lei 12.527 de 2011, que estabelece o direito de acesso dos cidadãos as informações públicas.

A implementação, em 2016, da política de preservação digital da Pinacoteca mostra um caminho a ser percorrido pela instituição na garantia do acesso futuro à sua história. Uma política de preservação digital serve como orientação para gestão da preservação e para o acesso aos objetos digitais produzidos pela instituição. Além disso, procuramos também destacar a importância da autenticidade documental, pois trata-se de um acervo arquivístico. Porém a Pinacoteca terá os próximos 10 anos para garantir a história que está sendo escrita hoje para o futuro.

Bibliografia

ARELLANO, Miguel Angel. Preservation of digital documents. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 15-27, 2004.

ARELLANO, Miguel Ángel M. Critérios para a preservação digital da informação científica. 354 p. **Tese (Doutorado em Ciência da Informação)**. Universidade Federal de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, 2008.

CAMARGO, A.M. de A.; BELLOTTO, H.L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. 2005. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br /media/carta.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/carta.pdf)>. Acesso em 28 out. 2016.

GAMA, Oliveira. Elementos para proposta de uma política de preservação digital: o caso das bibliotecas digitais da área de música, 2010. **Unpublished**[Thesis], 2010.

HERITAGE, Canadian et al. **Digital Preservation Policy Framework: Development Guideline** Version 2.1. 2016.

INTERPARES. **International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems**. Disponível em: <<http://www.interpares.org>>. Acesso em: 13 de outubro de 2016.

NEDCC. Northeast Document Conservation Center. **Digital Preservation Policy Template**. Disponível em: <https://www.nedcc.org/assets/media/documents/SoDAExerciseToolkit.pdf> Acesso em 29 de setembro de 2016.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Estratégias de preservação digital em arquivos: garantia de autenticidade e acesso contínuo em longo prazo. In: **Congresso Nacional de Arquivologia**, 6., 2014, Santa Maria. Anais eletrônicos... Santa Maria: AARS, 2014.

SWITZERLAND, Federal Archives of, **Digital Archiving Policy** Disponível em: <http://www.bar.admin.ch/themen/00876/index.html?lang=en> 2009. Acesso em 23 de agosto de 2016.

UNESCO. **Carta para la Preservación del Patrimonio Digital**. 2003.